

Investidores temem mudança de rumos

Governo procura tranquilizar mercado garantindo que não fará "malabarismos"

LU AIKO OTTA

BRASÍLIA – Um grande investidor brasileiro pendurou, no teto de seu escritório, uma vaca de brinquedo. Ela está lá como um lembrete sobre os rumos da economia brasileira: bovinos não voam e, portanto, a vaca pode cair a qualquer momento. Da mesma forma, esse investidor teme que a condução da política econômica, que tanto tem agrado a empresários e economistas, seja tão insustentável como o vôo de uma vaca. Trocando em miúdos, o medo é que o governo Lula altere os rumos da economia à medida em perca popularidade e tenha problemas com sua base de sustentação política.

Esse temor ainda não abandonou os agentes econômicos, apesar das reiteradas demonstrações em contrário do governo. É um pensamento que também continua presente entre uma parcela de articuladores políticos que estão sempre prontos a apresentar um "plano B" para a economia.

O ministro da Fazenda, Antônio Palocci Filho, tem demonstrado em suas declarações públicas que tem clareza do quadro difícil a administrar.

Em uma reunião com integrantes do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), ele disse aos presentes que a reforma tributária será feita "no fio da navalha", ou seja, "num ambiente de restrições macroeconômicas e restrições orçamentárias." Não é uma avaliação só de Palocci. O ministro da Secretaria do CDES, Tarso Genro, admitiu que o governo Luiz Inácio Lula da Silva "não tem tido condições de responder a quase nada" dos anseios da população. Ele acha que o presidente não tem direito de pedir trégua à sociedade. "Tem direito de pedir paciência, pedir compreensão e pedir para ser ouvido." O cacife da atual estratégia econômica e de seu condutor, o ministro Palocci, será posto à prova ao longo dos próximos meses. Haverá dados positivos a mostrar, como a queda da inflação, o bom desempenho das contas externas e a melhora na avaliação do Brasil por parte do mercado internacional. No entanto, os dados que são mais caros ao governo, como o emprego, o consumo e a renda do trabalhador, terão



Dida Sampaio/AE

Palocci tem garantido a interlocutores que política será mantida

um desempenho frustrante.

Os dados divulgados na última semana mostram as duas faces da puxada nos juros promovidos nos dois primeiros meses do governo Lula. Por um lado, a inflação dá indicações de que está perdendo o fôlego. Por outro lado, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) anunciou que as vendas da indústria recuaram 3,16% em janeiro, na comparação com dezembro. No mesmo período de comparação, as vendas do varejo caíram 5,07%.

Como esses dados referem-se a janeiro e os juros voltaram a subir em fevereiro, os números continuarão negativos por mais algum tempo.

A elevação dos juros tem reflexos no custo dos empréstimos ao consumidor, por isso afeta diretamente as perspectivas de crescimento econômico. A projeção oficial de crescimento para este ano é modesta: uma expansão de 2,8% do Produto Interno Bruto (PIB). O mercado espera menos: algo mais próximo de 2%.

Essa tendência negativa é esperada pelo próprio governo. As avaliações na área técnica são de que o consumo e a renda real do trabalhador assalariado cairão ao longo deste ano. As consequências já começam a aparecer. O nível de popularidade do

presidente caiu de 83,6% em janeiro para 78,9% em fevereiro, de acordo com a mais recente pesquisa CNT/Sensus.

"O governo Lula será muito mais sensível aos resultados da atividade econômica", comenta o economista Roberto Padovani, da Tendências Consultoria Integrada. Por isso, avalia, a tentativa de promover uma mudança brusca na política econômica permanece. No entanto, ele acha que o governo resistirá à idéia de acionar um possível "plano B" por enquanto.

Ironicamente, o risco de uma guerra entre Estados Unidos e Iraque está dando fôlego à estratégia de Palocci. "Eles podem culpar o cenário externo, e será verdade", avalia.

Um técnico da área econômica do governo revelou que têm sido freqüentes as consultas sobre qual será a atitude do Brasil perante a eclosão do conflito e à provável redução dos fluxos de financiamento externo. Os analistas temem medidas extremas, como a centralização do câmbio, por exemplo. Diante desse tipo de pergunta, os integrantes da equipe econômica reafirmam que perseverarão nas políticas já adotadas. Se necessário, dizem, o governo poderá até promover um novo aperto fiscal.

PRESSÃO
PODE VIR DA
QUEDA DE
POPULARIDADE